

Industrialização, Conflitos Regionais e Burguesia Compradora Periférica no Brasil (1930-1964)

RESUMO

Responde como se dá a relação centro-periferia no Brasil do período de industrialização (1930-64), dos pontos de vista econômico e político. No plano econômico, apresenta quatro fontes de conflitos regionais. A primeira delas é a contraposição entre o capital industrial dominante no centro econômico e o capital comercial preponderante na periferia nacional; a segunda, a oposição da indústria do centro econômico nacional e a da periferia; a terceira, o seccionamento regional no interior do capital mercantil; e a quarta, a tensão entre o bloco mercantil-industrial da região-polo e o das áreas periféricas. Na perspectiva da hegemonia política, afirma que, apesar do imperialismo econômico (por via de mercado), não há, nas relações das burguesias do centro e da periferia, uma situação de imperialismo político (por via de políticas do Estado). Finalmente, analisa a burguesia compradora no Nordeste, destacando os estados de Pernambuco e Piauí, com a intenção de afastar um padrão analítico tradicional que superestima o peso da propriedade fundiária na formação social dessa região brasileira. A metodologia empregada consiste basicamente na consulta a trabalhos monográficos sobre a economia e a política no Brasil e Nordeste no referido período.

PALAVRAS-CHAVE

Burguesias no Espaço Regional. Centro-Periferia no Brasil. Burguesia Compradora Periférica.

Francisco Pereira de Farias

- Professor no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Piauí (UFPI);
- Doutorando em Ciência Política na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

1– INTRODUÇÃO

Existem três possibilidades de se caracterizar a relação inter-regional, com base no modelo poulantziano de frações da classe dominante. A primeira delas é a de se conceber a dominação regional como a que se dá entre as secções regionais das frações, definidas estas segundo os outros critérios. Assim, têm-se, além de outros, os conflitos entre a burguesia industrial do centro e a da periferia nacional ou os embates entre o capital comercial do centro e o da periferia. Qual seria, então, a base desses conflitos? Uma fração burguesa do centro tende a atrair capital e força de trabalho da semelhante na periferia e, em compensação, o Estado nacional, por razão de ordem política (preservação da unidade territorial), busca transferir recursos financeiros daquela para esta. Pode ser também que, entre as secções regionais de uma fração da burguesia, não se estabeleça uma polarização econômica.

A segunda via de interpretação consiste em ver a região como determinada fundamentalmente pela interconexão entre as diversas frações da burguesia presentes em cada espaço regional. Nesse caso, o capital comercial pode procurar, por exemplo, aliar-se ao capital industrial da mesma região em contraposição ao capital comercial de outra, ao invés de se aglutinar nacionalmente para se opor aos interesses da burguesia industrial.

A terceira linha de interpretação do modelo poulantziano das frações de classe dominante e a questão regional refere-se à afirmativa de que as possibilidades anteriores podem concretizar-se. Assim, o conflito regional ora se dá entre as secções regionais de uma mesma fração de classe dominante ora entre o bloco de frações de um espaço regional e o de uma outra região.

Apesar de, na passagem do plano internacional para o nacional, os instrumentos de mediação política se alterarem, os mesmos processos básicos atuam num e noutro; daí inferirem-se os conceitos de burguesia, com vistas à análise das relações internacionais (POULANTZAS, 1978), aqueles ligados à das inter-regionais. Há, assim, uma burguesia compradora de uma região periférica como a fração

que exerce o papel de intermediária, na área regional, dos interesses hegemônicos nacionais, de sorte que o domínio regional nos limites da hegemonia nacional, por uma burguesia compradora – por exemplo, o capital comercial –, configuraria uma situação de “semicolonialismo interno” (atração de capitais e de mão-de-obra pela economia da área mais desenvolvida). Já uma burguesia interna de uma região periférica é definível como a fração que, embora com uma base própria de acumulação, depende financeira e tecnologicamente do capital externo nacional e internacional. A hegemonia de uma burguesia interna na região periférica implica que a relação inter-regional se estabelece prevalentemente por meio do capital produtivo, caso em que a periférica entra em um processo de industrialização retardatária (“integração produtiva”).

Alguns autores, por exemplo, Guimarães Neto (1989) consideram que a fase de “integração produtiva” significa uma tendência à homogeneização entre as estruturas econômicas regionais. A nosso ver, postular tal tendência é contraditório ao caráter periférico e dependente da industrialização retardatária, sendo inegável, no caso da periférica, a inferioridade tecnológica do seu parque industrial. Basta assinalar que os principais investimentos em informática, microeletrônica, telecomunicações e automação se concentram no centro econômico, a isso acrescida a possibilidade de reutilização, na periferia, do maquinário que se tornou obsoleto no centro industrial¹.

Em termos gerais, o que se depreende dos conceitos de burguesias compradora, interna e nacional é que a explicação das desigualdades entre países ou entre regiões de um mesmo país deve ser buscada na articulação de fatores internos (condições históricas do desenvolvimento das forças produtivas

¹ Pode-se objetar que: a) a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) patrocinou um programa de modernização da indústria têxtil, financiando equipamentos de ponta, consoante a tecnologia da época, e mandando quebrar as máquinas antigas para que não se reproduzisse um padrão técnico atrasado; b) as telecomunicações no Brasil foram estatizadas no período militar e os investimentos se deram no conjunto do espaço nacional, estruturando um sistema único (comandado pela Telebrás) e de mesmo nível tecnológico, variando a dimensão da oferta regionalmente, mas não o padrão técnico. Admitimos que essas iniciativas pudessem criar ilhas de excelência, porém não conseguiam determinar um padrão geral da periferia.

do país ou região) e externos (dominação e exploração imperialista), bem como na correspondência dos elementos econômicos e políticos. Esse ponto de vista evita a falsa prevalência teórica de um conjunto de fatores sobre outros, já que há uma interdependência das séries de elementos.

Nesse sentido, o enfoque de Celso Furtado, que privilegia a herança histórica interna ao país ou à região como o fundamento das desigualdades nacionais ou regionais (FURTADO, 1965), ou a interpretação de André Gunder Frank, que elege a dependência imperialista como o fator explicativo do subdesenvolvimento econômico (FRANK, 1969), são visões parciais e incompletas. A perspectiva mais adequada é a que inter-relaciona ambas as dimensões (a interna e a externa) da relação internacional ou inter-regional.

2 – CENTRO E PERIFERIA NA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

O que caracteriza as relações centro-periferia no Brasil de 1930-1964, fase da industrialização capitalista do país, é, sobretudo, a atração, pelo centro industrial de São Paulo, de capitais e força de trabalho provenientes da periferia nacional agromercantil. As transferências de recursos financeiros da burguesia do centro econômico para a da periferia, por via de política governamental (preceito constitucional de 1934), foram insuficientes para compensar o movimento polarizador de capitais na região mais desenvolvida, pelo menos até a criação da Sudene em 1959. O resultado foi o agravamento das desigualdades regionais de 1930 a 1960, diagnóstico amplamente registrado a partir da elaboração do documento do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), escrito por Celso Furtado e que deu subsídios ao projeto de instituição da autarquia.

A “revolução de 1930” abriu novas condições institucionais para o fortalecimento do mercado nacional de mercadorias. Aspecto importante entre as medidas tomadas pelo novo governo foi a abolição dos impostos interestaduais, o que facilitou as trocas de bens manufaturados da região-polo por produtos primários das áreas periféricas nacionais, numa

transferência de capital para a região-polo, por via do mecanismo da troca desigual. Por sua vez, a expansão de empregos industriais na região mais desenvolvida passou a atrair mão-de-obra das regiões periféricas, principalmente de Minas Gerais e dos estados do Nordeste, com maior desemprego nas atividades agrícolas.

No caso do Nordeste, a política de transferências de recursos federais, seguindo uma linha de determinação política (consideração de manter a unidade territorial nacional), foi insuficiente para alterar o quadro de atraso no desenvolvimento econômico. A análise da atuação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) e do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), principais instrumentos dessa política, evidencia que a ação governamental estava comprometida com a preservação da estrutura agrária tradicional na região. O bloco algodoeiro-pecuário, através do Dnocs, e o agromercantil do açúcar, por via do IAA, terão as atividades beneficiadas até com recursos a fundo perdido, postergando a tendência à estagnação desses setores e bloqueando a diversificação da atividade econômica. Somente com a Sudene, ao incorporar uma política de industrialização regional, tem-se uma medida mais eficaz. A oposição do capital mercantil nordestino, por meio de sua bancada no Congresso Nacional, ao projeto de implantação dessa agência regional indicava que havia algo mais em jogo: uma mudança do padrão centro-periferia, que implicava uma alteração da hegemonia no nível regional, passando ao primeiro plano os interesses da burguesia industrial (têxtil, siderúrgica, agroindustrial) interna à região em substituição aos mercantis.

Outra fonte de conflitos que alimenta a questão regional no país diz respeito aos efeitos negativos da industrialização de São Paulo sobre a indústria da periferia nacional, em particular do Nordeste, que se traduzem num maior poder de competição dos bens industriais tradicionais lá fabricados sobre os seus similares de produção nordestina (caso dos tecidos, sapatos, vestuário, alimentos, mobiliário etc.). O resultado visível é o de uma retração das unidades nordestinas concorrentes, até com a liquidação de empresas. Incapacitadas de disputar o mercado em razão de seu atraso tecnológico relativo, as indústrias

do Nordeste não se expandem nem se renovam, o que acarreta novas perdas de competitividade, até criar situações de verdadeiro desemprego de recursos. Como consequência, há um fluxo de capitais da região periférica para a mais desenvolvida, tendo sido uma das condições viabilizadoras desse processo a melhoria das vias e do sistema nacional de transportes, que quebrava uma das barreiras protetoras da produção industrial do Nordeste. (OLIVEIRA, 1989).

Assim, um dos cerne da questão regional no Brasil após 1930 eram, por assim dizer, as queixas da burguesia industrial do Nordeste, com os dados indicando a polarização econômica na indústria de São Paulo. Assim, a região perde posição no total da indústria brasileira, passando de 10,9% para 6,9% entre os anos de 1939 e 1959, enquanto São Paulo incrementa a sua posição, indo de 40,7% para 55,5% no mesmo período. (CANO, 1998).

Como mostrou o estudo de Castro (1992), os discursos dos representantes parlamentares do Nordeste no Congresso Nacional, entre 1946 e 1985, revelam que as reclamações pela perda de recursos da região para outras são abordadas mais pelos industriais (16,7%) que pelos produtores agropecuários (8,3%). Fica, pois, claro que as disparidades regionais, para a liderança das classes dominantes nordestinas, são causadas pelas perdas impostas ao Nordeste em benefício de outras regiões do país e que a atividade econômica mais prejudicada é a industrial.

O capital mercantil se encontrava também dividido por conflitos regionais no seu interior. É o que aparece, por exemplo, na análise do capital açucareiro.

A retomada da intervenção estatal na agroindústria canavieira do Brasil começou a ser cogitada antes da Primeira Guerra Mundial, quando se tornou nítido o caráter irreversível do declínio das exportações de açúcar. Os fatores determinantes desse retrocesso eram externos e internos. Entre os primeiros, destacavam-se a definitiva hegemonia do açúcar de beterraba no abastecimento do continente europeu e a concorrência crescente nos demais mercados, por parte de outros produtores de açúcar de cana, especialmente Cuba e Java, que estavam tecnicamente mais bem aparelhados e exploravam terras virgens,

com a introdução de novas variedades. Por outro lado, no âmbito interno, havia a predominância de métodos de cultivo e processamento obsoletos e elevados custos de produção agrícola e industrial, devido à baixa produtividade dos fatores de produção (terra, trabalho e capital).

Impossibilitada a agroindústria canavieira do Brasil de concorrer em igualdade nos mercados externos, só lhe restava o abastecimento do mercado nacional, cujas dimensões, contudo, ainda eram pequenas diante da capacidade instalada dos engenhos e das usinas então em funcionamento no país e do potencial de produção da lavoura canavieira. Resultam daí a formação de grandes estoques de açúcar e preços sujeitos a intensas oscilações a curto prazo e declinantes a longo, sem mencionar que o processo de comercialização das safras, dominado pelos intermediários, também gerava dificuldades.

A substituição do mercado externo pelo interno foi especialmente prejudicial para o Nordeste, onde se encontrava a maior parte da produção açucareira do país. Com localização desfavorável em relação aos maiores centros de comercialização e consumo, a região passou a sofrer a crescente competição dos produtores do Centro-Sul, beneficiados não só pela maior proximidade ao mercado, mas também pela não-coincidência de sua época de safra com a do Nordeste. (SZMRECSÁNYI, 1979).

A agroindústria canavieira chegara, no final dos anos 1920, a uma situação conflituosa. Um desses conflitos é que, perdido o mercado externo, teve uma expansão dependente do interno, em ampliação, com as produções regionais passando a disputar uma mesma possibilidade de colocação de seus produtos, ou seja, um mesmo espaço de realização.

O governo saído da Revolução de 1930 inaugurou uma política intervencionista no plano econômico, que se refletiu, no caso do açúcar, na defesa, se não dos interesses, pelo menos da sobrevivência da agroindústria do Nordeste. Foi assim que, através do Decreto nº 22.789 de 01/06/1933, o governo federal criou o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). Na exposição de motivos do Decreto havia a formulação de que

foram ouvidas as sugestões dos representantes da indústria açucareira em todos os estados produtores, para a elaboração do projeto [...] Nem todas, certamente, puderam ser atendidas, pelos interesses de ordem puramente local que visavam, em conflito, muitas vezes, com interesses contrários de outras regiões. (SZMRECSÁNYI, 1979, p. 179).

O IAA buscava um “desenvolvimento equilibrado” para que a ampliação da produção brasileira de açúcar não beneficiasse um estado em detrimento de outros. Entenda-se que o objetivo continuava sendo o de tentar impedir que a expansão paulista acabasse por inviabilizar a produção do Nordeste e de Pernambuco, em particular. O “desenvolvimento equilibrado” procurado pelo IAA deveria dar conta de um problema: sustentar produções regionais menos eficientes. (RAMOS, 1999).

No entanto, o Decreto-lei nº 9827/1946 e as resoluções do IAA que o complementavam criaram todas as condições para a transferência da hegemonia no subsetor, ao subordinarem a elevação dos limites estaduais de produção às exigências regionais, e não mais às nacionais, do aumento do consumo de açúcar. A nova orientação era taxativamente enfatizada no artigo 3º do referido Decreto-lei: “os futuros aumentos de quotas de produção serão distribuídos pelo IAA entre os estados proporcionalmente aos respectivos consumos”. O grande beneficiário foi o produtor do Centro-Sul, especialmente de São Paulo, graças às suas condições peculiares, como o mercado em posição vantajosa, quase o reverso do Nordeste, com o mercado de reduzido poder aquisitivo. (SZMRECSÁNYI, 1979). Na regulamentação desse Decreto-lei, a maior percentagem no aumento do contingente de produção de açúcar fica para o Centro-Sul, que eleva suas quotas de aproximadamente 139%, enquanto o Norte-Nordeste o faz para aproximadamente 54%. (SALES, 1982). O crescimento da produção açucareira de São Paulo foi mais do que proporcional à evolução de seu consumo, com as safras entre 1946/47 e 1951/52 tendo um incremento de quase 84%, superior à de Pernambuco, até então sempre o maior produtor do país.

Já a Resolução nº 619/51, de 29/11/1951, instituiu uma política de preços diferenciados para o açúcar, com o objetivo mais imediato de reforçar o poder de competição dos produtores do Nordeste nos mercados

da região Centro-Sul. Devido a essa medida, os usineiros de São Paulo entraram em franca rebelião contra o IAA, pois a entendiam de cunho reformista, que procurava inverter uma tendência vigente desde o início da política de defesa: a tendência de os produtores sulinos se beneficiarem de um sobrelucro cada vez que se elevavam os preços de referência do açúcar. Essa tendência, acrescida dos fatores locais, era vista como uma das principais razões do deslocamento do eixo econômico açucareiro do Norte para o Sul. Com efeito, os usineiros de São Paulo nunca quiseram aceitar o princípio do sobrepreço e acabaram, alguns anos mais tarde, provocando a revogação de toda a Resolução (o conflito dos produtores paulistas com o IAA chegou a ser levado aos tribunais), tornando definitivamente inevitável e praticamente irreversível a superação da agroindústria canavieira do Nordeste pelas usinas do Centro-Sul. A política de contingenciamento do IAA, se quisesse subsistir, teria que se submeter, como de fato o fez, aos ditames da nova situação, gerados pela maior expansão demográfica e pelo maior poderio econômico e político do Centro-Sul. (SZMRECSÁNYI, 1979).

A situação da agroindústria canavieira do Nordeste era considerada extremamente crítica, ao contrário do que ocorria no Centro-Sul, onde a expansão da produção açucareira, notadamente em São Paulo, foi favorecida pelo comportamento da estrutura agrária. Os rendimentos agrícolas e industriais do Nordeste, além de se terem tornado menores que os do Sul, decresciam ano a ano, o que provocava o debilitamento progressivo da agroindústria canavieira nordestina e o seu conseqüente afastamento da faixa de equilíbrio econômico, agravando-se, com isso, o desequilíbrio regional. Tais tendências na produção coincidem com a ocorrência de profundas modificações na estrutura do mercado interno de açúcar. O encarecimento dos fretes e a crescente deterioração do transporte marítimo de cabotagem punham fim à tradicional presença dos açúcares do Norte nos centros consumidores do Sul, em competição com a produção local. Só restava, pois, às usinas do Nordeste, atender a demanda de todo o “Setentrião” e partilhar com São Paulo, em momentos de escassez, alguns mercados do Sul. Essas possibilidades, todavia, eram prejudicadas pela ampliação da rede rodoviária, a qual facilitava

o escoamento dos produtos do Centro-Sul para outras áreas do país. No Centro-Sul, o aumento do plantio da cana vinha sendo fomentado por vários fatores, inclusive e especialmente pela campanha de erradicação dos cafeeiros, em relação ao qual representava uma alternativa das mais atraentes. Em 1965/66, a capacidade instalada no Norte-Nordeste era de 22.250 mil sacos, ao passo que, no Centro-Sul, perfazia 48.110 mil. A relação entre as duas regiões açucareiras vigente na safra de 1929/30 (69% da produção brasileira para o Norte-Nordeste e 31% para o Centro-Sul) praticamente se inverteu em 1964/65 (35,5% para o Norte-Nordeste e 64,5% para o Centro-Sul). (SZMRECSÁNYI, 1979).

Um momento de contraposição entre o bloco mercantil-industrial do polo econômico nacional e o mercantil-industrial da periferia foi a guerra de 1932. A nosso ver, as duas hipóteses opostas pelos intérpretes sobre esse episódio são plausíveis: significou o confronto tanto a reação da “aristocracia do café” quanto o descontentamento de todos os setores da burguesia paulista². Interessa-nos, aqui, reter essa segunda dimensão da revolta.

Estava na origem da guerra de 1932 a reivindicação paulista de autonomia estadual, objetivo ao qual se subordinava a bandeira de reconstitucionalização do país. Essa tese foi afirmada pelo líder do Partido Democrático, Francisco Morato: “estou aqui reivindicando para São Paulo o direito de se governar a si próprio.” (HILTON, 1982, p. 26). A questão aparecia, em primeira instância, como uma disputa pela hegemonia no governo estadual, de sorte que o interventor tenentista João Alberto a expressou, ao pôr a missão de “integrar São Paulo na ordem revolucionária nascente.” (HILTON, 1982, p. 27). O novo interventor Laudo de Camargo, discordando da interferência tenentista em seu governo, resolveu se demitir, provocando em solidariedade a saída do ministro da Fazenda, José Maria Whitaker (substituído por O. Aranha) e de vários outros paulistas que ocupavam cargos federais.

A relação do bloco de capitais paulistas com o

restante da federação foi manifestada por um membro do PD: “não é possível submetemo-nos à condição de colônia.” (HILTON, 1982, p. 28). A centralização política implicava que a política econômica (monetária, fiscal, creditícia) deixava de privilegiar os interesses da economia de São Paulo. Enfim, o episódio de 1932 representa, em parte, como indicou Boris Fausto,

a revolta de todos os setores da burguesia paulista, não tanto por razões estritamente econômicas (bem ou mal o governo vira-se obrigado a considerar o problema do café, estabelecendo um novo esquema de defesa), mas sobretudo por razões de natureza política. A decepção dos democráticos levou à luta tanto a ‘aristocracia do café’, como todo o grupo industrial mais importante do país. (FAUSTO, 1995, p. 249).

3 – HEGEMONIA POLÍTICA

Como se dá a relação centro-periferia do ponto de vista da configuração da hegemonia política no bloco nacional no poder? Em outras palavras, a classe ou fração de classe mais poderosa do centro econômico detinha ou não o controle político do Estado nacional brasileiro? Essa questão é suscitada pela afirmativa de alguns analistas, por exemplo, Schwartzman (1975) de que São Paulo teria um papel político inferior ao seu peso econômico no Estado federativo, a partir de 1930.

Frequentemente, os que esposam a tese da dissociação dos poderes econômico e político o fazem principalmente pela análise da composição da cúpula do aparelho do Estado (Executivo e Legislativo), concluindo pela exclusão de lideranças políticas de origem na região mais desenvolvida. Em nosso enfoque, a possibilidade de a fração economicamente preponderante no seio da classe dominante não deter simultaneamente a hegemonia política se liga a dois contextos excepcionais: seja um quadro de instauração de uma nova hegemonia política, que busca alcançar rapidamente a nova preponderância econômica, seja uma conjuntura de crise de hegemonia, quando há o condomínio político de interesses numa situação de deslocamento gradual de posições econômicas. Em qualquer desses casos, a tendência a médio e longo prazos é o restabelecimento da simultaneidade das dominâncias econômica e política por uma mesma fração da classe dominante, de sorte que o alcance da tese da chamada dissociação dos poderes (econômico

2 A ênfase da guerra de 1932 como uma reação da aristocracia do café encontra-se em Silva (1967). A interpretação da revolta como o descontentamento do conjunto dos setores dominantes paulistas está presente em Hilton (1982).

e político) se limita a algumas conjunturas específicas.

Essa excepcionalidade ocorre no Brasil de 1930 a 1964: o bloco de frações economicamente mais poderoso – o paulista – não detém, simultaneamente, o controle da política do Estado nacional. O modo para justificar essa afirmativa não pode ser a análise da composição social da cúpula do aparelho do Estado federal, pois, como mostrou Poulantzas (1972) em sua polêmica com o enfoque da teoria das elites, uma classe ou fração de classe dominante não precisa ocupar diretamente o aparelho estatal para ter os seus interesses como predominantes. Desse ponto de vista, o critério de análise do conteúdo social do poder do Estado é a observação dos resultados concretos das políticas estatais.

O bloco de frações economicamente mais poderoso – a burguesia de São Paulo – não detinha o controle da política do Estado no período de 1930 a 1964, porque a análise das políticas econômicas dos governos desses anos não permite concluir que fosse sistematicamente beneficiado pelos seus resultados. Wilson Cano foi quem mais contestou a tese de um imperialismo de São Paulo, mostrando, através do exame detalhado dos instrumentos de política econômica (crédito, taxa cambial, receita fiscal), a inexistência de elementos para se afirmar que a indústria paulista crescesse à custa de uma atitude governamental orientada para apenar os capitais das regiões periféricas. (CANO, 1998). Nessa mesma direção, há também a análise de Castro (1969), que argumenta ter sido possível no pós-1930, com o apoio da política governamental, o desenvolvimento de indústrias na periferia brasileira, complementares à do polo de São Paulo, como a de Blumenau, em Santa Catarina.

Como conciliarmos essa contestação da tese do imperialismo de São Paulo com a assertiva anterior sobre a atração de recursos (capital e força de trabalho) das economias periféricas para o centro econômico nacional? A saída é indicarmos que, embora atuem certos mecanismos (por via de mercado) de imperialismo econômico, não se configurou uma situação de imperialismo político (por via de políticas do Estado) na relação das burguesias do centro e da periferia no Brasil entre 1930 e 1964. Assim, existem indícios para se reafirmar a tese da

crise de hegemonia política nesse período não apenas do ponto de vista do fracionamento funcional (indústria, comércio) da classe dominante, como geralmente trata a bibliografia, mas também no que diz respeito ao seu seccionamento regional (centro-periferia).

4 – BURGUESIA COMPRADORA PERIFÉRICA

Se, nas primeiras três décadas do século XX, as relações inter-regionais no Brasil estavam determinadas pelo capital mercantil (dominante em relação à esfera da produção), a partir dos anos de 1930, estarão dominadas pelo capital comercial (subordinado ao capital produtivo). No Nordeste, isso significa que as exportações inter-regionais irão dar precedência às importações inter-regionais, tendo determinado essa mudança, fundamentalmente, a possibilidade de expansão da indústria em São Paulo e a diversificação de sua agricultura, expulsando os produtos nordestinos do mercado paulista. (GUIMARÃES NETO, 1989).

O problema dos transportes, até meados da década de 1950, foi um fator de freio à invasão dos mercados periféricos. Mas, a partir da instalação da indústria pesada (siderurgia, petróleo), montou-se uma indústria automobilística que viabilizou uma alteração radical no sistema de transportes do país, ligando as regiões. Nessa fase, ocorre a consolidação do domínio do capital comercial nas áreas periféricas.

Desde o período da Colônia, Pernambuco dominou o vasto Nordeste tanto econômica quanto politicamente e, especificamente no pós-1930, polarizou os estados vizinhos de Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará – constituintes de seu bloco satélite. O crescimento global do Recife ocorria menos em virtude do desenvolvimento industrial que da expansão do comércio, havendo dois grupos centrais na classe dominante urbana: os comerciantes e os banqueiros.

Pernambuco fazia o que podia para ampliar seu papel nacional, impondo agressivamente, no Nordeste, a própria liderança aos vizinhos. Seu peso comercial criava uma esfera de influência que se estendia para o sul, até Sergipe, e para o norte, até o Piauí. Mas os subsídios federais à agricultura conservaram-se baixos para um estado que tanto dependia do açúcar,

do algodão e de outros produtos agrícolas, de sorte que as autoridades estaduais queixavam-se de que o governo central discriminava abertamente Pernambuco na concessão de empréstimos do Banco do Brasil. (LEVINE, 1980).

O poder dos comerciantes importadores no Nordeste influenciou, por exemplo, os governos estaduais a não reduzirem os impostos, a fim de fazer os produtos agrícolas mais competitivos. Uma consequência da expansão da comercialização da economia, sem um desenvolvimento proporcional de novos papéis econômicos associados com a industrialização, foi o alto contingente de população urbana subassalariada, sem estrutura ocupacional definida. Uma expressão dessa condição urbana seria a mercantilização dos valores, inclusive do corpo (mães ofereciam filhas apenas púberes por 10 réis).

Consideremos, no Nordeste, o caso do Piauí. Até o fim da década de 1940, a economia piauiense se articulava predominantemente com o mercado internacional (exportações de produtos extrativos – borracha de maniçoba, cera de carnaúba e babaçu – que sobrepujaram a atividade pecuária). Na década de 1950, o Piauí passa à integração comercial com outros estados do Nordeste, em especial com Pernambuco, graças às transformações a que foi obrigada a economia piauiense por causa das dificuldades advindas à comercialização da cera, no mercado internacional, e dos problemas com que se defrontou a exploração do babaçu, internamente, sem dizer das facilidades de escoamento da produção, criadas pela rede rodoviária. A estrada e o caminhão contribuíram para que se formasse uma lavoura de mercado, concentrada nas áreas próximas das rodovias, de modo que a participação percentual da lavoura (arroz, feijão, milho), que era de 23% em 1947, ampliou-se, em 1959, para 53,1%. (SANTANA, 1964).

A mudança na esfera comercial tem um índice na alternância do perfil do sistema de transportes que passa do sistema ferroviário-hidroviário para o rodoviário. O principal entreposto de exportação – Parnaíba – declina e ascendem novas cidades ligadas à rede rodoviária, construída com recursos federais e estaduais. No conjunto do setor terciário, a atividade comercial sobrepassa os serviços: em 1945, 44% da

sua renda devia-se ao comércio, enquanto 32%, aos serviços. (CAPES, 1959).

A importância da atividade comercial pode ser vista no crédito. A Carteira de Crédito Geral do Banco do Brasil, instituição que detinha, em 1956, o maior volume de negócios no Piauí, registrava a seguinte distribuição:

Tabela 1 – Banco do Brasil – Piauí – Créditos, 1956

Setor	Cr\$ milhões
Comércio	161
Indústria	44
Agropecuária	20

Fonte: Melo (1973).

Em outras palavras, o comércio detinha um montante em crédito estatal maior do que o do conjunto das outras atividades.

Com a conversão do capital mercantil internacional em capital mercantil de mercado regional, a partir dos anos de 1950, construíram-se as estradas para a chegada do novo capital comercial, que transaciona os bens industriais provenientes do Centro-Sul do país. Já desde os anos de 1960, o novo capital comercial (comércio varejista) supera o capital mercantil (comércio atacadista) (Martins, 1979), passando a uma posição dominante na economia do Piauí. O setor de serviços, liderado pela atividade comercial, respondia por 51,5% da renda interna do estado em 1968, contra 43,2% da agricultura e 5,3% da indústria. (MELO, 1973).

Vários fatores contribuíram para o domínio do capital comercial no Piauí periférico. A partir dos anos de 1960, o Nordeste passou por um processo de industrialização, ainda que se trate de uma indústria dependente da tecnologia e das finanças da economia de São Paulo. Mas nem todos os estados nordestinos foram integrados a essa expansão do capital produtivo na região, pois, se Bahia e Pernambuco formaram uma burguesia industrial interna importante, Sergipe e Piauí não conseguiram mobilizar forças para tal, sendo, nesse sentido, que se diz que ficaram “atrasados”. Ora, a outra face desse atraso capitalista é a preponderância econômica e política do capital comercial no bloco de

forças capitalistas desses estados. Por que, então, se deu a prevalência do capital comercial?

A lei do desenvolvimento desigual do capitalismo – dado que a industrialização de um espaço se faz pelo domínio de certas economias periféricas em que as forças produtivas restam bloqueadas – é um elemento necessário de explicação, mas não suficiente. É preciso que indiquemos os fatores que conduzem certas áreas à posição dominada. No caso do Piauí, eles serão, sobretudo, o seu ciclo tardio de economia agroexportadora e a sua fraqueza política no quadro da federação nacional. A pouca força do bloco agroindustrial interno não é senão a outra face do poder do capital comercial.

Um ciclo de exportação agrícola, com base na borracha e óleo vegetal, teve início no Piauí no fim do século XIX, justamente no momento em que outros estados do Nordeste, como Pernambuco e Maranhão, redimensionavam suas economias exportadoras em direção ao mercado nacional. Essa diferença entre o tipo de burguesia mercantil – de mercado interno ou internacional – que dominava a economia agrícola sub-regional explica, em parte, a posição dominada do Piauí na cadeia do desenvolvimento capitalista regional. A dominação da fração mercantil voltada ao mercado interno permitiu certa diversificação das atividades econômicas, combinando melhor a agricultura, a indústria e a urbanização, ao contrário da supremacia da burguesia internacional, mais “parasitária” em relação às forças produtivas locais. Quando a economia agrícola do Piauí, em razão da crise da demanda internacional, deveria redimensionar-se para o mercado interno, as condições para fazê-lo eram menos favoráveis em face da competição dos outros estados na região. Finalmente, a economia piauiense tornou-se, nos anos de 1950, um satélite da pernambucana.

Devemos acrescentar outro elemento para melhor compreender o atraso industrial do Piauí, uma vez que o Ceará, um satélite de Pernambuco desde o fim do século XIX, conseguiu constituir, após os anos de 1960, um considerável setor industrial, ao menos mais importante que o piauiense. É que os recursos políticos do bloco de forças econômicas do Piauí são menos fortes que aqueles do Ceará. Em primeiro lugar,

este estado tem um conjunto eleitoral mais largo, ao mesmo tempo que construiu uma unidade político-parlamentar mais sólida, sob a liderança do chefe do executivo, o que dá mais eficácia a suas demandas no plano nacional. Em segundo lugar, as associações corporativas da burguesia do Ceará conquistaram uma participação mais intensa de seus membros e, em consequência, puderam jogar um papel mais ativo na cena política local e nacional. Em terceiro lugar, o bloco econômico do Ceará soube romper com o discurso local da “vocação agrícola”.

O domínio do capital comercial impõe restrições ao parque produtivo da área periférica. Tal fração do capital não tem interesse no desenvolvimento das forças produtivas da periferia, que a enfraqueceria como distribuidora dos produtos do centro econômico. Paralelamente, as políticas governamentais – infraestrutura, crédito e impostos, administração, equipamentos sociais – passaram a privilegiar, a partir dos anos de 1960, os interesses do capital comercial no Piauí.

O sistema de estradas pavimentadas, constituído entre 1960 e 1970, liga, sobretudo, as grandes cidades locais às estradas federais. As estradas rurais estão sempre em dificuldades, pois, sob a responsabilidade das municipalidades, essas não têm nunca os recursos para melhorá-las. A Associação dos Prefeitos do Piauí faz reiteradas críticas a esse sistema, que favorece o transporte de produtos de outros estados em detrimento da produção agrícola local.

O sistema de energia elétrica é também criticado pelos representantes do setor agrícola e os da indústria urbana. Como em outros estados, uma usina hidroelétrica foi construída no Piauí durante os anos de 1960, mas o governo local não foi capaz de praticar uma política de preços diferenciados, favorecendo o consumo produtivo de energia – como foi o caso de São Paulo, uma vez que a liderança do capital comercial – a Associação Comercial e a Câmara dos Dirigentes Lojistas – manifestou-lhe uma forte oposição, ameaçando transferir suas atividades para outras regiões. Argumentavam eles que uma prática de preços reduzidos para certos segmentos sociais implicaria necessariamente uma elevação de impostos locais a que o comércio, principal

consumidor de energia elétrica, não estava “em situação de suportar”.

As condições de crédito foram favoráveis às atividades comerciais, que se tornaram as primeiras a beneficiar-se de linhas creditícias governamentais locais. Como mostra a análise das operações do Banco do Estado do Piauí (BEP), o financiamento às empresas comerciais e de serviços (contabilizado sob a rubrica “crédito geral”) é bem mais elevado que os créditos para as empresas agrícolas ou industriais.

Tabela 2 – BEP – Aplicações, 1973

Crédito	%
Industrial	22.7
Rural	29.6
Geral	44.5
Habitação	3.2
Total	100.00

Fonte: Melo (1973, p. 124).

É verdade que os dirigentes do comércio manifestaram, em diversas ocasiões, insatisfação com as alíquotas de impostos e o limite do valor de créditos autorizados às empresas pelo banco estatal. Aparentemente, se as políticas beneficiaram objetivamente o capital comercial, isso se dá sem o acordo dessa fração econômica. Mas convém lembrar que as classes proprietárias não gostam de pagar os impostos, cada uma delas preferindo que as outras o façam. Assim, os membros da fração hegemônica, embora com uma política que lhes é favorável, tentam passar às outras frações de classe uma carga mais elevada. Existe até o caso em que as reclamações se voltam contra certos segmentos do grande comércio, como o segmento de máquinas agrícolas, que não toma em consideração o interesse do conjunto da fração comercial. Quanto à limitação do valor de créditos disponíveis, sabe-se que isso permite evitar que duas ou três grandes empresas monopolizem os recursos do banco estatal local.

A impulsão à renda interna no Piauí é dada cada vez mais pelos recursos governamentais obtidos das transferências federais (43% das receitas, em 1967, e 72%, em 1975). A aplicação dessas verbas é feita, sobretudo, para o pagamento dos salários do pessoal

estatal, que se tornou o principal setor do mercado local de consumo.

Os representantes da burguesia agroindustrial têm criticado as políticas sociais locais, dizendo que não seriam oportunas porque diminuiriam os recursos para o investimento na economia. Por sua vez, o discurso dos dirigentes do comércio pode ser sintetizado na afirmativa de que as políticas sociais fazem parte da infraestrutura do desenvolvimento. De fato, há os casos em que os equipamentos sociais não eram utilizados pelo público (escolas sem professores, hospitais bem equipados sem médicos, Centros Sociais Urbanos sem material de rotina ou habitações construídas com um tipo de material não apropriado às condições climáticas locais, como se deu com a Universidade Federal do Piauí), sendo evidente que os objetivos das políticas sociais estavam menos ligados às necessidades das classes populares que aos interesses dos grupos econômicos – as empresas da construção e do comércio.

Essa constatação sobre as políticas sociais põe em questão a tese segundo a qual, para que haja a aceitação da dominação, é necessário o sacrifício de vantagens da força dominante em proveito das dominadas. Diríamos, todavia, que é muito mais o contrário: existe a restrição e a reorganização dos interesses populares para torná-los compatíveis com aqueles da força hegemônica. (SAES, 1998). Assim, faz-se imperativo o apelo ao trabalho voluntário ou semivoluntário para as escolas ou os hospitais, a demanda aos usuários dos materiais para funcionarem os centros sociais, o encorajamento da reforma das habitações populares pelos próprios moradores.

A orientação nacional do modelo de desenvolvimento acelerado, renovada com o regime militar, traduziu-se no Piauí dentro de uma linha de política compensatória que não foi capaz de sustentar um desenvolvimento capitalista da base produtiva local, como mostram as análises sobre a política agrícola/agrária. Os programas governamentais instauraram enclaves agroindustriais em certas áreas de intensos conflitos sociais, mas as suas consequências econômicas foram insuficientes para mudar o fraco dinamismo do conjunto das forças produtivas locais. Por outro lado, esses programas deram impulso à

renda local pela transferência de recursos nacionais e internacionais, com o reforço exclusivo do consumo sendo do interesse do capital comercial.

O capital comercial (importação de bens industriais) tende a se mostrar como burguesia compradora, isto é, como simples intermediária dos interesses externos (nacionais e estrangeiros), o que significa que os representantes políticos dessa fração burguesa, no âmbito regional, não oferecem nenhuma resistência às políticas nacionais. Aliás, a apatia do bloco dominante no Piauí, sob a hegemonia do capital comercial, ficou patente quando: a) o Dnocs foi inviabilizado no estado e não se levantaram protestos; b) não houve reações contra a burocratização que criava grandes obstáculos aos empréstimos da carteira agrícola do Banco do Brasil nem contra o corte dos subsídios nacionais para a eletrificação rural. O sentimento de indiferença se difunde porque a fração economicamente mais poderosa não tem compromissos com as questões da acumulação interna.

O domínio regional de uma burguesia compradora – a exemplo do capital comercial – configura uma situação de “colonialismo interno” (transferência de capital e de mão-de-obra para uma região mais forte do país). Operamos, no entanto, com um conceito de “colonialismo interno” mais restrito, ao contrário de Chaloult (1978), que o equivale a dependência ou imperialismo internos; distinguimos-lhe como marca de fases distintas do capitalismo no país. O colonialismo interno seria típico de uma etapa em que a região periférica é captada pelo ciclo do capital mercadoria do centro industrializado, enquanto a dependência interna (ou o imperialismo interno) seria específica de outra fase em que a relação inter-regional se estabelece prevalentemente por meio do ciclo do capital produtivo da área central³.

O Piauí, na década de 1950, com o declínio de seu ciclo exportador e a inserção de sua economia agrícola no mercado regional, passou à condição de satélite da economia de Pernambuco. Somente a partir dos anos de 1960, com a pavimentação

das estradas federais, o estado passou a sofrer predominantemente a polarização da metrópole nacional, São Paulo.

Indicamos que, no Piauí, desde os anos 1960, o capital comercial se constituiu em força politicamente hegemônica, isto é, capaz de condicionar para os seus objetivos as políticas governamentais estaduais. Mas esse conteúdo não se expressa pelo discurso que prevalece nas instituições políticas locais, encontrando-se, em seu lugar, a proposição de que as políticas governamentais são (ou devem ser) guiadas pela “vocação agrícola” da economia piauiense. Em outras palavras, o aparente interesse geral da coletividade local não é obtido pela referência às atividades comerciais, sendo essa forma político-ideológica construída em relação às atividades agrícolas, como exemplifica a voz de representante do comércio: “para sermos fiéis à nossa vocação histórica, o desenvolvimento da agricultura e da pecuária é imprescindível para o desenvolvimento com bases sólidas.” (TAJRA; TAJRA FILHO, 1995, p. 157).

Como compreender essa dissociação entre o conteúdo da dominação política e sua expressão ideológica? Trata-se de explicar por que a burguesia comercial, força politicamente dominante, não dá aos seus interesses a forma do interesse geral, preferindo delegar esse trabalho ideológico aos membros da burguesia agrária. Um elemento de resposta é que existe a dificuldade de as frações não-produtivas do capital (comércio, bancos) se mostrarem na cena política como uma referência para toda a coletividade, uma vez que suas atividades são mais abertas à crítica como “parasitárias”. A esfera das atividades produtivas do capital (agricultura, indústria) pode melhor ocultar a exploração do trabalho e, em consequência, aparecer como um espaço de interesses comuns. Daí que esses segmentos se apresentam mais adaptados aos espaços da representação política, supostamente geral, as Assembleias Parlamentares. Contrariamente, as frações não-produtivas da classe capitalista têm uma presença menos aberta na cena política, preferindo, como forma de ação, o recurso aos *lobbies* e menos os partidos políticos. (SAES, 2001).

³ Encontramos em Guimarães Neto (1989) a distinção dessas duas fases de inserção da periferia no sistema capitalista dominante nacional.

5 – CONCLUSÃO

Os conflitos regionais podem ser vistos como a expressão tanto da relação entre as secções regionais da mesma fração da classe dominante quanto da que se dá entre os blocos de frações de classe dominante dos espaços regionais. Assim, no Brasil, entre 1930 e 1964, tivemos a contraposição entre a indústria do centro econômico (São Paulo) e a da periferia (em particular a do Nordeste), da mesma forma que entre o capital mercantil açucareiro do Nordeste e o do Centro-Sul. A guerra de 1932 polarizou o bloco mercantil-industrial de São Paulo contra o mesmo bloco de capitais do resto do país.

Indagando como se dá a relação centro-periferia no Brasil, de 1930 a 1964, do ponto de vista da hegemonia política, avançamos a hipótese de que, apesar do imperialismo econômico (por via de mercado), não se tem uma situação de imperialismo político (por via de políticas do Estado). É que o bloco de frações economicamente mais poderoso – a burguesia de São Paulo – não detinha o controle da política do Estado, pois a análise das políticas econômicas dos governos desses anos não permite concluir que esse bloco regional fosse sistematicamente beneficiado pelos resultados de tais políticas.

Em relação à análise da burguesia compradora no Nordeste, em especial Pernambuco, a partir da década de 1930, as exportações inter-regionais irão dar precedência às importações inter-regionais, mudança fundamentalmente determinada pela possibilidade de expansão da indústria em São Paulo e a diversificação de sua agricultura, expulsando os produtos nordestinos do mercado paulista. Ademais, o crescimento global do Recife ocorria menos em virtude do desenvolvimento industrial que por causa da expansão do comércio. Pernambuco fazia o que podia para ampliar seu papel nacional, impondo agressivamente, no Nordeste, a própria liderança aos vizinhos, de sorte que seu peso comercial criava uma esfera de influência que se estendia para o Sul, a Sergipe, e para o Norte, ao Piauí.

Até o fim dos anos de 1940, a economia piauiense era articulada predominantemente com o mercado internacional (exportações de produtos extrativos). Na

década de 1950, o Piauí passa à integração comercial com outros estados do Nordeste, em especial Pernambuco. Já desde os anos de 1960, com a pavimentação de estradas federais e estaduais, o novo capital comercial (comércio varejista) supera o capital mercantil (comércio atacadista), assumindo aquele capital uma posição dominante na economia local. Paralelamente, as políticas governamentais estaduais – infraestrutura, crédito e impostos, administração, equipamentos sociais – começam a privilegiar os interesses dessa fração capitalista. No entanto, se o capital comercial se constituiu, no Piauí, em força politicamente hegemônica, esse conteúdo não é expresso pelo discurso que prevalece nas instituições políticas locais. Em seu lugar, encontra-se a proposição de que as políticas governamentais são guiadas pela “vocação agrícola” da economia piauiense.

ABSTRACT

This study aims primarily at providing a portrait of the “center-periphery” relationship in Brazil during the period of industrialization (1930-64) from both economic and political points of view. The economic plan presents four sources of regional conflicts. The first is related to the opposition between the predominant industrial capital in the economic center and the commercial capital prevailing in the national peripheral areas; the second, the opposition between the industrial sector of the national economic center and that of peripheral areas; the third, the regional sectioning within the merchant capital; the fourth, the tension between the merchant-industrial bloc of the pole region and those of peripheral areas. In the perspective of political hegemony, it affirms that, despite the existence of economic imperialism (via market), there is not, in the relationship of the central and peripheral bourgeoisie a situation of political imperialism (via State Policies). Finally, we analyze the purchaser bourgeoisie within the Northeast region and, more particularly, the States of Pernambuco and Piauí, in an attempt to move away from a traditional analytic pattern which overestimates the importance of land property in the social formation of this Brazilian region. The used methodology consists basically of monographic literature review on the economy and politics of Brazil and Northeast in that period.

KEY WORDS

Bourgeoisie in the Regional Space. Central-Peripheral Areas in Brazil. Peripheral Purchaser Bourgeoisie.

REFERÊNCIAS

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1998.

CAPEs. **Estudos de desenvolvimento regional (Piauí)**. Rio de Janeiro, 1959.

CASTRO, A. B. A industrialização descentralizada no Brasil. In: _____. **7 ensaios sobre a economia brasileira**. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

CASTRO, I. E. **O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CHALOULT, I. **Estado, acumulação e colonialismo interno**. Petrópolis: Vozes, 1978.

FAUSTO, B. A revolução de 1930. In: MOTA, C. G. (Org.). **Brasil em perspectiva**. 20. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

FRANK, A. G. **Le développement du sous-développement**. Paris: Librairie François Maspero, 1969.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.

GUIMARÃES NETO, L. **Introdução à formação econômica do Nordeste**. Recife: Massangana, 1989.

HILTON, S. **1932: a guerra civil brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

LEVINE, R. **A velha usina: Pernambuco na federação brasileira (1889-1937)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MARTINS, A. S. **Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento**. Teresina: Fundação CEPRO, 1979.

MELO, C. **Piauí: realidade e perspectivas de desenvolvimento**. 1973. Tese (Doutorado) –Roma, 1973.

OLIVEIRA, F. **A economia da dependência imperfeita**. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

POULANTZAS, N. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. **Pouvoir politique et classes sociales**. Paris: Maspero, 1972.

RAMOS, P. **Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SAES, D. Estado e classes sociais no capitalismo brasileiro dos anos 70/80. In: _____. **República do capital**. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. **A questão da autonomia relativa do Estado em Poulantzas**. São Paulo: Xamã, 1998. (Crítica Marxista, n. 7).

SALES, T. **Agreste, agrestes: transformações recentes na agricultura nordestina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SANTANA, R. **Evolução histórica da economia piauiense**. Teresina: Cultura, 1964.

SCHWARTZMAN, S. **São Paulo e o Estado nacional**. São Paulo: Difel, 1975.

SILVA, H. **1932: a guerra paulista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SZMRECSÁNYI, T. **O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975)**. São Paulo: Hucitec, 1979.

TAJRA, J. E.; TAJRA FILHO, J. E. O comércio e a indústria no Piauí. In: SANTANA, R. M. (Org.). **Piauí: formação, desenvolvimento, perspectivas**. Teresina: Halley, 1995.

Recebido para publicação em: 03.11.2009

